

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE GOVERNO DA PROVINCIA DE CABO DELGADO DIRECÇÃO PROVINCIAL DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

INFORMAÇÃO DE INTERESE PÚBLICO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS DURANTE PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016

Introdução

A missão do sector de terras é de ser uma instituição, eficiente, transparente e proactiva que garanta uma administração e gestão sustentável e equilibrada da terra, que traga resultados económicos, sociais e ambientais com base numa gestão adequada e acções de conservação que envolvam as comunidades locais, sector público e os interesses do sector privado:

SERVIÇOS PROVINCIAS DE TERRAS

O presente comunicado, apresenta o balanço das actividades realizadas durante o primeiro semestre de 2016 na área de Agrimensura e Cadastro, baseando se nos seguintes Pilares:

- ✓ Tramitação Processual;
- ✓ Fiscalização de DUAT;
- ✓ Conflitos de Terras;
- ✓ Delimitação de terras comunitárias;
- ✓ Digitalização do Cadastro;
- ✓ Programa GESTERRA;

Objectivo Estrategico: Aproximar a Administração Pública ao Cidadão

1.Tramitação Processual dos pedidos de DUATs

Durante o primeiro semestre, foram formados 49 processos de DUAT, correspondentes a (23 242, 76 ha), dos quais 15 processos foram autorizados com uma área de 1.563,77 Hectares e os restantes 34 processos que correspondem a 21.678, 99 hectares em tramitação.

1.1 Pedidos do DUAT registados por Distrito

No periodo em análise, os pedidos de DUATs concentram-se no Distrito de Chiúre, com cerca de 11 pedidos entrados, correspondentes a uma área de 75,8 hectares.

Em termos de área solicitada, o Distrito de Mocimboa da Praia com 4 pedidos (20.100ha), representa cerca de 98% da área solicitada na província e os pedidos destinam-se a actividades de Fazenda de Bravio.

Tabela: Pedidos de DUAT por Distrito.

	ENTRADAS		AUTORIZAI	oos	EM TRAMITAÇÃO	
DISTRITOS	Nº Processos	Área (ha)	Nº Processos	Área (ha)	N° Processos	Área (ha)
Chiúre	11	75.8	0	0	11	75.8
Ancuabe	4	65.2	2	50.6	2	14.6
Metuge	10	686.79	1	30	9	656.79
Mecufi	13	57.41	6	16.67	7	37.74
M.Praia	4	20.160	1	100	3	20.160
Montepuez	5	2.253.8	3	1.370	2	885.8

1.2. Fiscalização de DUAT

A fiscalização de DUAT, continua como uma das prioridades dos serviços, com o objectivo de verificar o grau de cumprimento dos planos de exploração/projectos propostos apelos titulares.

No exercicio das actividades planificadas para o presente ano, foram fiscalizadas cerca de 41 parcelas com (4.448,65 hectares) das quais: 7 não aproveitadas (315.77) e 34 parcelas são aproveitadas com 4132,88 hectares.

1.3 Conflitos de Terra Registados

Neste trimestre, foram registados 4 conflitos de terra, nos distritos de Mecúfi e Mocimboa da Praia, conforme a tabela abaixo.

Nº de		Partes		Ponto de
Ordem	Distritos	Envolvidas	Causas	Situação
1	Mecúfi, Aldeia Zaulane	Investidor e Membros da Comunidade	Disputa familiar	Em resolução em coordenação com o Governo do Distrito
2	Mecúfi, Aldeia Muitua	Entre familiares	Disputa familiar	Em resolução em coordenação com o Governo do Distrito
3	Mecúfi, Aldeia Muária	Entre familiares	Reclamacao de Posse de um dos co- titulares	Em resolução em coordenação com o Governo do Distrito
4	Mocimboa da Praia, Aldeia Nandimba	Associacao José Pacheco e membros da Comunidade	Invasao da área da Associacao por membros da comunidade	Em resolução em coordenação com o Governo do Distrito
5	Chiure, nas Aldeias de Nacujuba eMilamba	Membros das comunidades e titulsres de DUAT	Não aproveitamento integral das parcelas (ociosidade) por parte dos titulares de DUAT	Por se deslocar uma equipa(spgc E Governo do Distrito) para auscultacao das partes

1.4. Delimitação de Terras Comunitárias

Durante o período em analise deram entrada 15 processos, com uma cobertura espacial de 230 000 hectares, dos quais 7 do distrito de Montepuez (140.000 hectares) e 9 do distrito de Chiúre (90.000 hectares), e que já foram emitidas as respectivas certidões oficiosas Importa referir que estas delimitações são financiadas pela Fundaçao Iniciativa para Terras Comunitárias (iTC-f) e executadas pelos provedores de serviço em coordenação com os Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro.

1.5 Digitalização do Cadastro

Como preconiza o programa do sector de Terras, a digitalização do cadastro nacional de Terras, constitui uma das prioridades, convista a desenvolver um sistema de gestão e informação de terras, baseadas em tecnologias modernas e eficientes.

Tabela. Processos Digitalizados todos os 49 processos de DUAT entrados

Distrito	Proc. Registado	Proc. Digitalizado	Area/ha	
Ancuabe	4	4	65.2	
Balama	2	2	0.23	
Chiúre	11	11	75.8	
lbo	0	0	0	
Macomia	0	0	0	
Mecúfi	13	13	57.41	
Meluco	0	0	0	
Metuge	10	10	686.79	
Mocimboa	4	4	20.160	
Montepuez	5	5	2 255.8	
Mueda	0	0	0	
Muidumbe	0	0	0	
Namuno	0	0	0	
Nangade	0	0	0	
Palma	0	0	0	
Quissanga	0	0	0	
Total	49	49	23.242, 76	

1.5. PROGRAMA GESTERRA (2014-2018)

Contextualização

Em 2008, o governo de Moçambique beneficiou, através do Millennium Challenge Corporation (MCC)/Millennium Challenge Account (MCA), de um financiamento do governo norte americano para ser aplicado em diferentes áreas num programa de cinco anos. Parte deste financiamento foi destinado ao projecto "Acesso Seguro a Terra" que visava a melhoria do processo de Admnistração da Terra, com abrangência sobre as províncias de Niassa, Cabo Delgado,Nampula e Zambézia. Este programa criou uma forte estrutura de apoio no sector de terras, entretanto a mesma ficaria comprometida com o fim do programaem 2013.

Assim sendo, na perspetiva de garantir a sustentabilidade de tal estrutura, o governo moçambicano (representado pela Direcção Nacional de Terras), em parceria com os Governos da Holanda e da Suécia criou o Programa GESTERRA.

SERVIÇOS PROVINCIAS DE FLORESTAS

As acções do sector visam proteger, conservar, desenvolver, e utilizar de forma racional e sustentável os recursos florestais e faunísticos para o benefício económico, social e ecológico da actual e futuras gerações dos moçambicanos.

O presente comunicado faz uma abordagem das principais actividades desenvolvidas pelos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia de Cabo Delgado, durante o primeiro semestre de 2016 com destaque para:

- Controle de Exploração Florestal
- Transporte de madeira.
- Processamento de madeira
- Exportação de madeira
- Reflorestamento
- Fiscalização florestal e faunística
- Receitas arrecadadas
- Taxas consignadas as comunidades locais

1.6 Controle de Exploração Florestal

De acordo com dados publicados no inventário realizado em 2007, a província de Cabo Delgado possui um Corte Anual Admissível situado entre 84.100 à 120.000 m³/ano de madeira de diversas espécies.

No período em referência deram entrada 92 pedidos para corte de madeira (49-Licenças Simples e 43-Concessões Florestais) e autorizados 60 processos (30-Licenças Simples e 30-Concessões Florestais) para explorar 82.068,0 m³ de espécies diversas.

Condicionamento do licenciamento florestal à satisfação do teor da nota Refa:268/MITADER/DINAF/430/2016, de 30 de Março de 2016 acompanhada da lista das empresas apuradas através do relatório de monitoria e avaliação do grau de cumprimento da legislação florestal.

Para o presente semestre foi licenciado o volume de 5.568,0 m³ de madeira diversa contra 41.664,2 m³ planificados, representando uma realização 13,4 %. A baixa percentagem de realização deveu-se ao facto da campanha estar no seu arranque.

Comparando com igual período de 2015, registou-se um decrescimento de 21,9 % de madeira em toros ao passar de 7.125,0 m³ em 2015 para 5.568,0 m³ de diversas espécies. Este decrescimento deveu-se ao baixo fluxo dos operadores no pagamento das licenças provocado por baixa procura de madeira no mercado internacional com destaque ao asiático. A tabela que segue (tabela 1) mostra a situação de licenciamento de madeira em Cabo Delgado.

Tabela: Licenciamento florestal

Tipo de Produto	Espécie	Volume licenciado
	Pau-preto	1.125,0
	Umbila	2.585,0
	Jambire	893,0
Madeira em toro	Chanfuta	695,0
(m3)	Mutiria	150,0
(1113)	Metonha	50,0
	Messinge	20,0
	Messassa	50,0
	TOTAL	5.568,0

Material de construção e combustível lenhoso:

constituem principais recursos para satisfação das necessidades básicas das comunidades urbana assim como rural. Para campanha florestal 2016, foram submetidos e autorizados 164 pedidos de operadores para explorar as seguintes quantidades: 116.000 esteres de carvão, 1.035 esteres de lenha, 2.590 esteres de estacas e 2.544 esteres de bambú.

Para campanha florestal 2016, foram planificados 130.000 sacos de carvão, 800 esteres de lenha, 2.500 esteres de estacas e 4.000 esteres de bambu. A tabela que segue (Tabela 2), dá o ponto de situação sobre o licenciamento de material de construção e combustível lenhoso durante o primeiro semestre.

Tabela : Licenciamento de material de construção e combustível Lenhoso

	Volume Licenciado		Plano	Realizado	Taxa Crescim
Produto	2015	2016	2016	(%)	(%)
Carvão (esteres)	8.155	4.525	130.000	3,4	-44,5
Lenha (esteres)	50	0,0	800	0,0	0,0
Estacas (esteres)	172,2	121	2.500	4,8	-29,7
Bambú (esteres)	338	213	4.000	5,3	37,0

1.7 Madeira em Estância

No período em análise foram emitidos 5 CPE (Certificados de Produtos em Estância) para volume de 387,0 m³ contra 6 CPE emitidos em igual período de

2015 com volume de 3.765,0 m³. Quanto aos Certificados de Produtos em Estância assim como o volume requeridos, registou-se uma redução na ordem de 16,0 % e 87,7 %, respectivamente. A redução registada deveu-se a redução significativa da madeira abatida ao longo da campanha o que permitiu o maior escoamento da madeira ao longo da campanha 2015.

1.8 Escoamento de Madeira

Até ao final do semestre foram escoados 113,8 m³ dos 387,0 m³ resultantes de madeira em estância de 2015 e licenciamento em 2016), representando uma realização de 29,4 %. A baixa taxa de escoamento deveu-se a obstrução das vias de acesso causado por chuvas que caíram até finais de Março.

1.9 Processamento de Madeira

A província conta com um universo de 34 unidades de processamento de madeira das quais 7 fazem o processamento acabado e semi-acabado (mobiliário, portas, janelas etc) e as restantes fazem o processamento primário (pranchas, tábuas, barrotes, parquet e ripas).

DEPARTAMENTO DE AREAS DE CONSERVAÇÃO

1.10 Projectos Submetidos.

- Analizados e emitidos pareceres a 3 projecto para extração de calcário na área do Parque Nacional das Quirimbas.
- Tramitados 5 pedidos para o licenciamento de caça modelo D nas áreas livres do Estado, nos Distrito de Montepuez, Ancuabe, Mocimboa da Praia e Mueda. Foram todos autorizados com respectivo licença de caça, aguardando-se para o restantes pagamento das taxas devidas dos animais que solicitaram para posterior emissão da licença.

PARQUE NACIONAL DAS QUIRIMBAS

O presente comunicado descreve actividades realizadas durante o lº Semestre ano de 2016. Para o alcance dos objectivos preconizados pelo Parque Nacional das Quirimbas foram desenvolvidas as seguintes acções por Departamentos que compõem o PNQ:

- Desenvolvimento Comunitário;
- Departamento de Investigação
- Departamento de Fiscalização

1.11 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O Departamento de Desenvolvimento Comunitário, no Parque Nacional das Quirimbas (PNQ), em parceria com o **WWF**, Fundação Nema e Oikos/PHARO tem implementado programas que visem o apoio e fortalecimento das capacidades das comunidades locais na conservação e desenvolvimento local.

Para o efeito, foram planificadas e realizadas acções de impacto por componente no âmbito do fortalecimento, criação e revitalização das associações na zona marinha está sendo possível o envolvimento total das comunidades na gestão sustentável de recursos naturais. Vários casos, registados de denúncias de pescadores e compradores ilegais que exportam ilegalmente o caranguejo e outros recursos marinhos.

Revitalizadas 8 Associações de engorda de caranguejos, em Darumba, Olumboa, Tandanhangue, Indique, Ibo sede, Messano, Mussemuco e Quissanga Sede.

A comunidade através da venda de caranguejos capturada nas zonas de desenvolvimento comunitário, já faz registos dos caranguejos que são vendidos na zona, possuem carimbos, factura e recibos e pagam impostos as finanças.

Figura 1: 850 kg de caranguejo apreendidos com apoio das denúncias das comunidades de quissanga



Figura 2: Assinatura do contrato na comunidade de Messano



1.12 INVESTIGAÇÃO

No domínio da investigação ao longo do período em análise, foram realizadas as actividades a baixo:

- Análise do movimento e o comportamento dos elefantes (Conflito Homem Fauna Bravia). Realizou-se uma visita em Muaja tendo-se verificado 17 á 20 elefantes acompanhados por suas crias naquelas machambas e usavam um corredor único passando pela machambas de Nacololo, Miegane, Ngura até Muaja.
- Participou-se uma excursão com estudantes da Universidade Católica de Moçambique (UCM), abrangendo a área de Mareja, Muaja e Taratibu, visando perceber a dinâmica e potencial da biodiversidade dos ecossistemas terrestres.
- Equipa de investigadores da UEM, Faculdade de Veternaria e da Universidade de São Paulo, no PNQ, fizeram o levantamento da fauna de Costoides parasitas de elasmobromquios na costa de Moçambique (em tubarões e raias). Para o efeito, realizou-se encontros com pescadores, mergulho nas áreas de ocorrência de tubarões e raias para extracção das amostras do parasita.

1.13 FISCALIZAÇÃO

As actividades desenvolvidas no sector de fiscalização durante o 1º semestre de 2016.

Fiscalização zona terrestre e marinho, (blocos A, B, C e D)

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO DO 1º SEMESTRE PNQ						
BLOCOS		Α	В	С	D	TTAL
1	Patrulhas a Pé ou de barco	17	17	13	6	53
2	Carne/peixe Apreendida	240				
	(Kgs)	8	0	9	243	2660
3	Pescadores ilegais					
	neutralizados Nac	2	0	0	86	88
4	Picaretas	21	0	0	0	21
5	Armas brancas/pesca					
	apreendidas	17	44	7	24	92
6	Viaturas/Barcos/botes/cano					
	as apreendidas	10	0	0	20	30